

Estatísticas Monetárias e de Crédito

Nota para a Imprensa

27.01.2023



**BANCO CENTRAL
DO BRASIL**

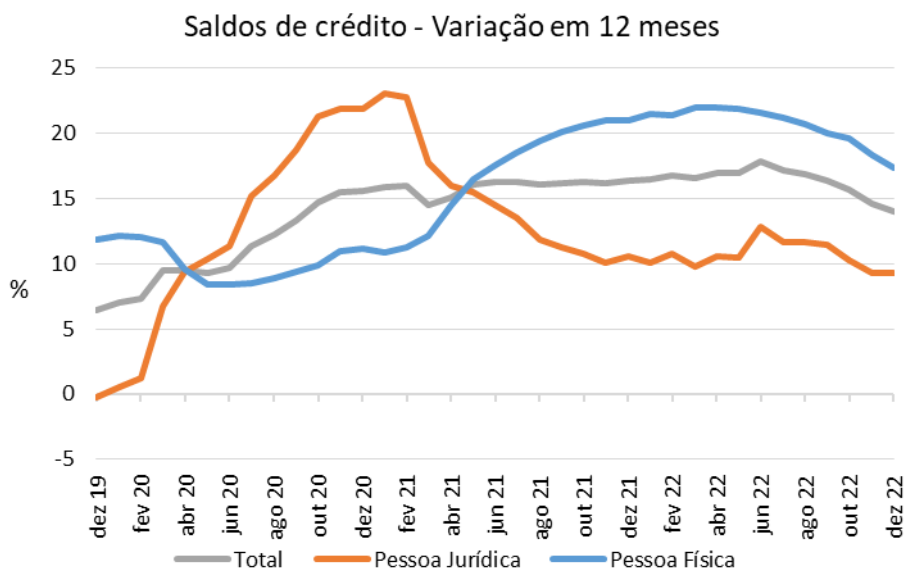
1. Crédito ampliado ao setor não financeiro

Em 2022, o saldo do crédito ampliado ao setor não financeiro alcançou R\$14,8 trilhões (150,1% do PIB), aumento de 8,5% no ano, ante 13,9% em 2021, destacando-se os crescimentos dos empréstimos do sistema financeiro nacional (SFN), 14,2%, e dos títulos públicos, 14,1%. No mês de dezembro, o crédito ampliado ao setor não financeiro cresceu 0,6%, com os empréstimos e financiamentos e os títulos públicos variando 1,3% e 0,4%, respectivamente.

O crédito ampliado às empresas atingiu R\$5,1 trilhões em 2022 (52,3% do PIB), com a expansão de 8,9% no ano representando desaceleração em relação a 2021 (14,4%). Contribuíram para essa desaceleração as variações dos empréstimos do SFN (10,8%, em 2021, e 10,4%, em 2022) e dos títulos de dívida securitizados (59,4% e 28,7%, respectivamente). Em dezembro, o crédito ampliado a empresas cresceu 0,9%, influenciado principalmente pelos aumentos de 2,1% nos empréstimos do SFN e de 3,8% nos títulos de dívida securitizados.

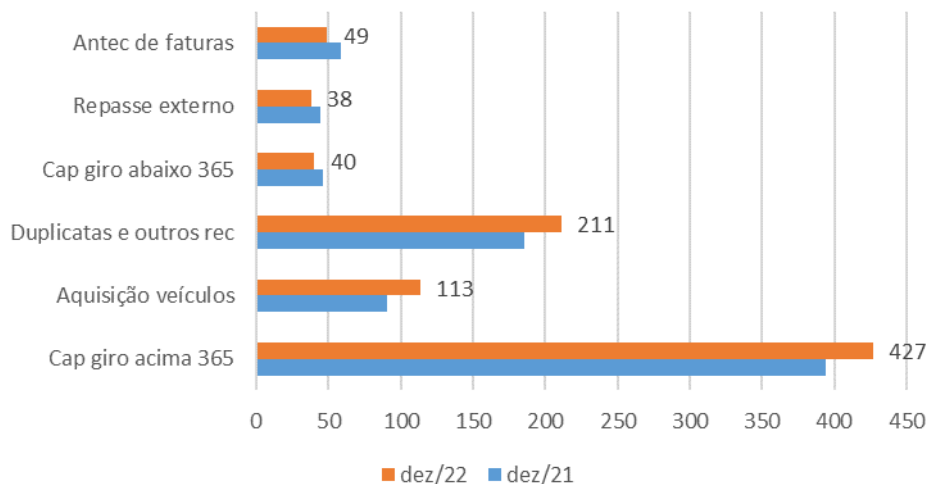
O crédito ampliado às famílias alcançou R\$3,4 trilhões (34,8% do PIB) em 2022, o que representou expansão anual de 16,7%, após crescimento de 19,6% no ano anterior. Em dezembro houve expansão de 0,8% no mês, em função da expansão dos empréstimos do SFN.

2. Operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN)



O volume de crédito do SFN alcançou R\$5,3 trilhões em 2022, aumento de 14,0% no ano, desacelerando ante a variação de 16,3% no ano anterior. O crédito a empresas variou 9,3%, desaceleração ante 10,5% em 2021. O crédito às famílias cresceu 17,4%, após variação de 21,0% em 2021. Em dezembro, o crédito total variou 1,3% com aumentos de 2,1% na carteira de pessoas jurídicas e de 0,8% na carteira de pessoas físicas.

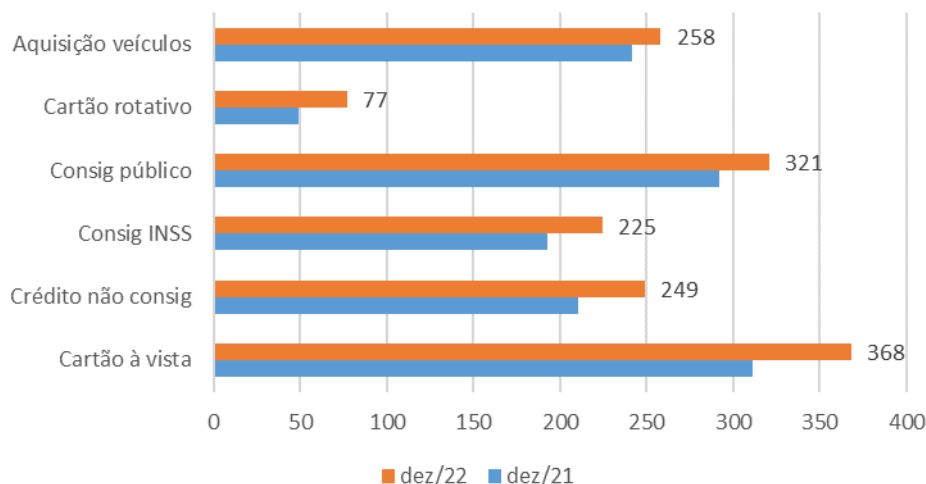
Saldos - PJ Livre (R\$ bilhões)



Em 2022, o crédito livre para pessoas jurídicas alcançou R\$1,4 trilhão, expansão de 9,9% no ano, desacelerando da variação de 17,4% em 2021. Neste período, destacam-se os crescimentos nas modalidades de duplicatas e outros recebíveis, aquisição de veículos e capital de giro com prazo superior a 365 dias. Destacam-se, também, as reduções na modalidade de capital de giro até 365 dias, repasse externo e

antecipação de faturas de cartão. Em dezembro houve expansão de 2,7% no crédito livre a empresas, com destaque para desconto de duplicatas e recebíveis.

Saldos - PF Livre (R\$ bilhões)

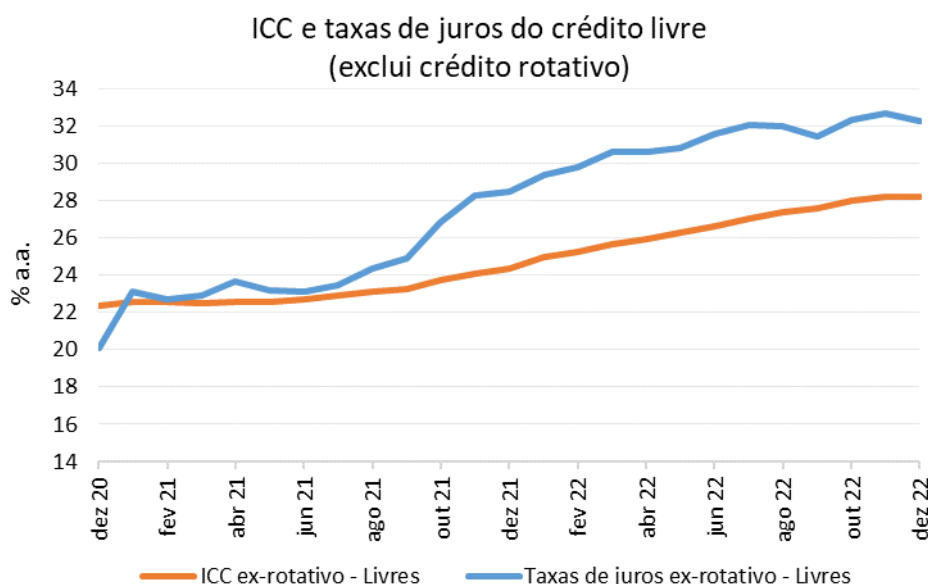


O crédito livre às famílias atingiu R\$1,8 trilhão, o que significou crescimento de 17,0% no ano, após variação de 23,0% em 2021. Destaca-se a expansão das modalidades crédito pessoal não consignado; crédito consignado para servidores públicos, para aposentados e pensionistas do INSS; aquisição de veículos; e cartão de crédito. Em dezembro, houve expansão de 0,2%, com destaque para consignado de servidores

públicos, aquisição de veículos e cartão à vista. Destaca-se ainda o efeito sazonal da redução em modalidades como cheque especial e cartão rotativo.

Em 2022, o crédito direcionado atingiu R\$2,2 trilhão, elevação de 14,3% no ano, acelerando após crescimento de 10,9% em 2021. As pessoas jurídicas apresentaram expansão de 8,1% no ano (após retração de 0,3% em 2021), enquanto as famílias cresceram 17,9% (após alta de 18,5% no ano anterior). No mês, o crédito direcionado variou 1,3%, com crescimento de 0,9% para empresas e 1,6% para famílias.

As concessões de crédito acumuladas no ano cresceram 20,4% em 2022, ante 19,5% no ano anterior. As contratações com empresas aumentaram 20,5% no ano (13,7% em 2021) e as com pessoas físicas, 20,2% em 2022 (24,9% em 2021).



O Indicador de Custo do Crédito (ICC), que mede o custo médio de todo o crédito do SFN, atingiu 21,4% a.a. em dezembro, caindo 0,2 p.p. no mês e elevando-se 3,1 p.p. no ano. No crédito livre não rotativo, o ICC situou-se em 28,2% a.a., permanecendo estável em dezembro e aumentando 3,8 p.p. em 2022. O spread geral do ICC retraiu 0,3 p.p. no mês, e teve uma elevação interanual de 1,4 p.p.

A taxa média de juros das contratações finalizou o ano de 2022 em 29,9% a.a., elevação de 5,6 p.p. após aumento de 6,0 p.p. em 2021. O *spread* geral das taxas de juros das concessões situou-se em 19,0 p.p., variação de 3,3 p.p. em 2022 após elevação de 1,4 p.p. em 2021. No mês, os indicadores variaram -1,1 p.p. e -1,3 p.p., respectivamente.

No crédito livre, a taxa de juros atingiu 42,0% a.a. em dezembro de 2022, elevação de 8,2 p.p. no ano. No crédito livre às empresas, a taxa média de juros situou-se em 23,1% a.a., expandindo 3,4 p.p. no ano, destacando-se elevações em capital de giro de longo prazo (+2,9 p.p.) e desconto de duplicatas e recebíveis (+4,0 p.p.). No crédito livre a pessoas físicas, a taxa de juros alcançou 55,8% a.a., elevação de 10,8 p.p. no ano, com destaque para o aumento em crédito pessoal consignado (+5,1 p.p.).

A inadimplência do crédito geral situou-se em 3,0% em dezembro, aumento de 0,7 p.p. em relação ao final de 2021. No crédito livre, esse indicador aumentou 1,1 p.p. em 2022, encerrando o ano em 4,2%, enquanto nas operações direcionadas houve estabilidade em 2022, finalizando em 1,2%.

O endividamento das famílias com operações de crédito do SFN alcançou 49,5% em novembro, com queda de 0,2 p.p. no mês e elevação de 0,3 p.p. em doze meses. O comprometimento de renda aumentou 0,2 p.p. no mês e 1,8 p.p. em doze meses, situando-se em 28,2%.

3. Agregados monetários

A base monetária atingiu R\$419,7 bilhões em dezembro, crescimento de 7,2% no mês e de 2,6% em doze meses. No ano, o volume de papel-moeda em circulação e as reservas bancárias aumentaram 1,0% e 10,2%, respectivamente.

Entre os fluxos mensais dos fatores condicionantes da base monetária, apresentaram impacto expansionista as operações com títulos públicos federais, R\$139,5 bilhões (colocações líquidas de R\$22,2 bilhões no mercado primário e compras líquidas de R\$161,8 bilhões no mercado secundário) e os depósitos de instituições financeiras, R\$13,4 bilhões (liberação de depósitos de garantia em espécie vinculadas a Linhas Financeiras de Liquidez – LFL, R\$2,2 bilhões; de recursos do Proagro, R\$249 milhões; resgate de depósitos voluntários a prazo, R\$15,8 bilhões; recolhimento de recursos de cadernetas de poupança, -R\$1,7 bilhão e de depósitos a prazo, -R\$2,8 bilhões). Contribuíram de forma contracionista, as operações do setor externo, R\$46,5 bilhões, as com derivativos, R\$5,7 bilhões, as do Tesouro Nacional, R\$35,8 bilhões e as de Redesconto e de Linhas de Liquidez, R\$17,6 bilhões.

Os meios de pagamento restritos (M1) atingiram R\$637,1 bilhões em dezembro, redução de 2,5% no ano, refletindo crescimento do papel-moeda em poder do público e redução dos depósitos à vista em 2,8% e -6,6%, respectivamente. Considerando-se dados dessazonalizados, o M1 declinou 2,48% no ano.

O M2 cresceu 15,8% no ano, com saldo total de R\$5,0 trilhões. O saldo dos depósitos de poupança caiu 3,7%, somando R\$999 bilhões. O saldo dos títulos emitidos por instituições financeiras aumentou 28,0%, totalizando R\$3,4 trilhões, reflexo da expansão de 17,3% no saldo dos depósitos a prazo, bem como pelo aumento das letras de crédito (LCA e LCI) em 66,2%. O M3 registrou variação positiva de 9,2% no período, totalizando R\$9,6 trilhões, refletindo o crescimento de 5,6% no saldo das quotas de fundos do mercado monetário (R\$4,4 trilhões), e recuo de 54,1% no saldo das operações compromissadas com títulos federais. O M4 cresceu 11,2% no ano, totalizando R\$10,6 trilhões.

4. Alteração na defasagem dos indicadores de comprometimento e endividamento

A divulgação dos índices de endividamento e comprometimento de renda das famílias terá sua defasagem ampliada nas próximas Notas para a Imprensa. O cálculo desses índices depende de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), cujas divulgações foram postergadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa defasagem maior permanecerá até a normalização do calendário da PNAD Contínua.

5. Revisão das estatísticas de crédito

De acordo com a [Política de Revisão das Estatísticas Econômicas Oficiais Compiladas pelo Departamento de Estatísticas \(DSTAT\) do Banco Central do Brasil](#), de novembro de 2022, as estatísticas de crédito sofrem revisão ordinária anual nos meses de fevereiro. Essas revisões visam, principalmente, o aprimoramento da consistência entre os diferentes documentos remetidos pelas instituições financeiras ao Banco Central do Brasil (BCB), a retificação de informações anteriormente enviadas e a revisão de séries históricas.

Na revisão das estatísticas que serão divulgadas em fevereiro de 2023 destacam-se:

- i) **Crédito rural:** revisão da alocação de saldo nas modalidades de taxas reguladas e de taxas de mercado; e
- ii) **Crédito ampliado:** revisão pontual de dados em função de retificações recebidas posteriormente à primeira publicação.

A divulgação antecipada do calendário das revisões estatísticas faz parte da necessária transparência do processo de disseminação das estatísticas e segue as melhores práticas internacionais.